



As Notícias Vistas pelo Averso: os Homicídios Femininos sob o Olhar dos Newsmaking¹

Sandra Raquew dos Santos Azevêdo²
Roberta Kelly de Sousa Ramos³

Resumo

O presente artigo⁴ resulta de uma pesquisa e reflete sobre a de produção social das notícias, que tratam dos homicídios femininos através do trabalho dos (das) jornalistas paraibanos na cobertura dos crimes contra mulheres. Para isto tomamos como ponto de partida a realização de um Estudo de Caso sobre dois acontecimentos midiáticos amplamente divulgados nos jornais impressos paraibanos (Diário da Borborema, Correio da Paraíba e Jornal da Paraíba), a saber, os assassinatos das jovens paraibanas Aryane Thaís Carneiro e Íris Bezerra de Freitas, ocorridos respectivamente em abril e maio de 2010. Analisamos as percepções e representações sociais dos mesmos sobre os crimes contra mulheres e a construção da narrativa jornalística sobre estes acontecimentos.

Palavras-chave

Jornalistas; Violência; Gênero

Palavras iniciais

Esse artigo discute o processo de produção social das notícias sobre a violência contra mulheres, analisando a percepção e representações dos jornalistas sobre suas rotinas de trabalho de cobertura dos crimes contra mulheres. Para tanto realizamos um Estudo de Caso da cobertura dos homicídios das jovens paraibanas, Iris Bezerra de Freitas e Aryane Thaís Carneiro (a serem tratados aqui nesse texto *Caso Aryane e Caso Íris*), que ocorreram nos meses de abril e maio de 2010. Refletimos assim, a partir da mediação do gênero no conteúdo das notícias, sobre a percepção desta temática pelos jornalistas que estiveram mais diretamente vinculados à cobertura destes acontecimentos midiáticos.

Os homicídios de Aryane Thaís Carneiro e Iris Bezerra de Freitas, mais conhecido como *Crime da Mala*, tiveram grande repercussão na imprensa local e nacional respectivamente. Grávida de um ex-namorado, a estudante Aryane Thaís Carneiro foi encontrada morta em um matagal, em 15 de abril de 2010, nas

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo do XI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Docente do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais e da Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Campina Grande, email: sandraraquew@yahoo.com.br.

³ Estudante de Graduação do 3º. semestre do Curso de Comunicação da UFCG, email: robertasousaramos@gmail.com

⁴ Agradecemos ao apoio do CNPq, pela disponibilização da bolsa PIBIC 2010/2011, de fundamental importância para realização dessa pesquisa.



proximidades do viaduto da Via Oeste, na BR 230, no bairro Alto do Mateus em João Pessoa. Já a também paraibana Irís Bezerra de Freitas, cujo crime ficou conhecido nacionalmente como *Crime da Mala*, foi assassinada no dia 08 de maio de 2010 e seu corpo foi encontrado dentro de uma mala em um canal da Avenida Visconde de Albuquerque, no Leblon, na Zona Sul do Rio de Janeiro.

Embora se tenha grandes avanços históricos quanto à afirmação dos direitos das mulheres, o fenômeno da violência perpassa a condição feminina e se configura enquanto uma clivagem importante diante da problematização da violência enquanto fenômeno social. É interessante ressaltar que muitas pesquisas discutem os assassinatos de mulheres enquanto um tipo de violação que não pode ser diluída frente aos casos gerais de violência (AZEVEDO, 2011; SAFFIOTI, 2004; BLAY, 2008; MACHADO, 2001, entre outros).

A similaridade destes estudos está na compreensão de que este tipo de violência é reflexo das desigualdades de gênero na relação de poderes entre os sexos. E têm em comum o entendimento deste tipo de violência como resultante das desigualdades entre os sexos é constituída na relação direta entre poder e masculinidade:

A desigualdade, longe de ser natural, é posta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais. Na relação de homens e mulheres, a desigualdade não é dada, mas pode ser construída, e o é com frequência. (SAFFIOTI, 2004, p. 71)

Nesse sentido nos é de fundamental discutir a tipificação da violência contra mulheres, especialmente por compreendermos se tratar de um fenômeno muito antigo, mas que nas sociedades contemporâneas (Bauman, 2009; Sodré, 2002) o tema da violência em diversas situações tem sido retratado no cotidiano dos jornais e da produção jornalística sem levar em consideração as clivagens necessárias que evidencie sua heterogeneidade e especificidade no contexto da construção social notícias.

Em geral, a crescente espetacularização midiática dos homicídios⁵, agressões, entre outros crimes e delitos, encerra muitas vezes o acontecimento em sua carga dramática, e acaba por omitir aspectos significativos que deixam de ser problematizados no interior das pautas sobre esta temática, que passa a ser de forma mais hegemônica

⁵Mais recentemente na imprensa brasileira temos casos emblemáticos de sensacionalismo nas coberturas de crimes contra mulheres, a exemplo dos homicídios das jovens Eloá Pimentel e Elisa Samúdio. Sobre este tema ver. AZEVEDO, Sandra Raquew dos Santos. Eloá: o que os especialistas e as mídias não discutem. Observatório da Imprensa. São Paulo, 2008. <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/o-que-as-midias-e-os-especialistas-nao-discutem>



direcionada ao enfoque da violência urbana, não observando distintas tipificações e contextos nos quais os casos se situam. Assuntos dramáticos têm um lugar de destaque na hierarquia dos acontecimentos. Esse aspecto da produção social das notícias é discutido por Hall *et all* quando reflete sobre os valores-notícias que estruturam o processo de produção dos acontecimentos, e que resulta, segundo o autor em duas coisas:

Primeira, é que o jornalismo tenderá a *realçar* os elementos extraordinários, dramáticos, trágicos e etc, numa ‘estória’ para reforçar a sua notabilidade; a segunda é que acontecimentos que maior pontuação tenham num número destes valores-notícia terão maior potencial noticioso do que outros.(HALL et all, 2009, p.225)

Podemos tomar como exemplo inclusive o *Crime da Mala*, em que a paraibana Íris Bezerra de Freitas, 21 anos, foi assassinada pelo ex-marido Rafael da Silva Lima, 27 anos. Após dois meses de separação, o ex-marido Rafael da Silva Lima agrediu, assassinou e esquartejou o corpo de Íris em 36 partes, além de colocá-lo numa mala e jogá-la num canal do bairro do Leblon, no Rio de Janeiro. O que ocorre com o agendamento do *Crime da Mala* centrado na tragédia nos leva a pensar na afirmação de Wolf (2001) ao discutir o trabalho dos *newsmaking* em determinar os critérios de noticiabilidade de um fato:

O conjunto de fatores que determinam a noticiabilidade dos acontecimentos permite efetuar, quotidianamente, a cobertura informativa, mas dificulta o aprofundamento e a compreensão de muitos aspectos significativos dos fatos apresentados como notícias. A noticiabilidade, portanto, constitui um elemento da distorção involuntária contida na cobertura informativa dos mass media “(WOLF, 2001, p.173).

Para além da dramaticidade que envolve este crime e de seu grande impacto na imprensa nacional – cujo *agendamento* da mídia nacional passa a guiar o noticiário local – constatamos que a narrativa jornalística sobre o *Crime da Mala*, mesmo revelando as desigualdades de gênero na descrição da história de vida da própria Íris, evidenciando as violências sofridas antes do crime que lhe vitimou, ainda demonstra uma característica quando da cobertura dos crimes contra mulheres, uma tendência a naturalização destes crimes, na medida em que não se questiona o padrão cultural de assassinar mulheres. As matérias de um modo geral reproduzem um discurso dominante



masculino – presente de forma muito comum na fala pública de suspeitos e acusados de crimes contra mulheres, conforme observamos nas matérias jornalísticas abaixo:

A vida conjugal da paraibana encontrada morta dentro de uma mala, no Rio de Janeiro, era marcada por sofrimento. Familiares ouvidos pelo DB relatam a rotina de dor enfrentada por ela: *enciumado*, Rafael (foto) discutia freqüentemente com Íris. Principal suspeito do crime, ele teria lhe ameaçado, roubado os documentos, levado o telefone e cancelado a internet da casa para mantê-la incomunicável e reatar a relação. (*A Tragédia do Ciúme*, Diário da Borborema, 11 de maio de 2010).

“Um dia após ser preso, o pernambucano Rafael da Silva Lima, 27 anos, acusado de matar a ex-mulher e esconder o corpo em uma mala, confessou na Divisão de Homicídios (DH), na Barra da Tijuca, Zona Oeste do Rio, que praticou o crime por *ciúmes*. Mesmo separado de Íris Bezerra de Freitas, 21, ao longo de um mês, *ele disse que não gostou de ter flagrado a vítima com outro homem* na favela da Rocinha, na Zona Sul do Rio de Janeiro, onde chegaram a morar juntos. Dizendo-se arrependido, Rafael da Silva chegou a pedir desculpas à família de Íris. Fui eu. *Foi um ato de fúria, de raiva*. Peço desculpas a toda família, à mãe dela que é uma pessoa que me tratou muito bem. (*“Foi um ato de fúria”*, Diário da Borborema, 20 de maio de 2011).

Vemos portanto nas notícias acima que a representação do crime pela imprensa ressalta um aspecto antigo e recorrente discurso expressando uma justificativa antiga para os crimes contra mulheres conhecido como argumento da “legítima defesa da honra”. Além de buscar desqualificar a vítima. Afirma AZEVÊDO (2011, p. 205) que:

A tentativa de desqualificação da vítima pode ser compreendida como um recurso comum na construção de uma imagem social das mulheres vítimas de violência na qual é uma constante um julgamento moral na condução dos fatos, o que nos faz pensar a formação dos estereótipos no contexto da opinião pública. Este tipo de estereótipo tende a fixação de um modelo muito antigo de culpabilização das mulheres, em que a vítima torna-se responsável pela própria morte.

Para autores como Lippman (2008, p.120) é a partir de estratégias de desqualificação das vítimas que:

Os códigos entram tão sutilmente e de uma forma tão difundida na formação da opinião pública. A teoria ortodoxa afirma que a opinião pública constitui um julgamento moral ou grupo dos fatos. A teoria que estou sugerindo é que, no presente estado de educação, a opinião pública é primariamente uma versão moralizada e codificada dos fatos. Estou argumentando que o padrão de estereótipos no centro de

nossos códigos determina largamente que grupo dos fatos nós veremos, e sob que luz nós os enxergaremos (...) Por causa disso, com a melhor boa vontade do mundo, a política noticiosa de um jornal tende a apoiar sua política editorial (...) Se você tem o padrão mental do editor, você verá vivamente os fatos que confirma isso, vaga e ineficazmente os que o contradizem (...) E uma vez que meu sistema moral se apóia em minha versão aceita dos fatos, aquele que nega meus julgamentos morais ou minha versão dos fatos é para mim perverso, estranho, perigoso.

Consideramos que este tipo de representação pode ainda ser compreendido como uma tecnologia discursiva do poder, identificando simbólico e materialmente à persistência da legitimidade da dominação masculina nas relações sociais de gênero.

Conforme Bourdieu (1995, p.81), “a dominação masculina, que faz da mulher um objeto simbólico, cujo ser é um ser-percebido, tem o efeito de colocar as mulheres em estado permanente de insegurança corporal”.

Ao analisarmos a cobertura do *Caso Aryane Thaís Carneiro e o Caso Íris Bezerra de Freitas*, percebemos como no percurso da construção da narrativa jornalística as representações de gênero dos crimes contra mulheres vão se estruturando. Isso nos permite problematizar de que maneira os papéis de gênero estão se constituindo com e a partir do discurso jornalístico, e de que maneira as relações de gênero também estão presentes no conteúdo das notícias.

Analisando a produção social das notícias

A imprensa enquanto espaço de mediação social remete-nos tanto a um trabalho cotidiano de construção de uma narrativa sobre o real, quanto a um contexto nos quais as representações sociais de gênero são também formuladas. Ao pensar sobre estas questões o campo midiático é lugar de investigação social relevante porque nos permite perceber a entrada da temática violência contra a mulher na esfera pública e de que maneira os sentidos são atribuídos na dinâmica de definição dos conteúdos pelos jornalistas e também por diferentes atores sociais que ocupam a imprensa.

Neste aspecto a prática de produção de notícias (*newsmaking*) enquanto objeto de pesquisa nos interpelou a utilização de um conjunto de metodologias qualitativas e quantitativas. Portanto realizamos para levantamento e análise dos dados desse trabalho os seguintes procedimentos: realização de entrevistas semi-estruturadas com sete jornalistas que tiveram maior envolvimento na cobertura dos assassinatos de Aryane



Thaís Carneiro e Iris Bezerra; levantamento documental e análise quantitativa e qualitativa das ocorrências dos crimes nos jornais impressos paraibanos (Correio da Paraíba, Jornal da Paraíba e Diário da Borborema); análise do conteúdo Herscovitz, 2007, 123; Manhães, 2006, p.305) das representações sociais de gênero presente nas notícias e nas entrevistas com os/as jornalistas que participaram da pesquisa.

Trabalhamos, portanto com um fluxo de informação sobre os crimes de Aryane Thaís Carneiro e Íris Bezerra como unidades de análise temática – a violência contra mulheres -, como também nos debruçamos sobre os depoimentos dos jornalistas sobre os mesmos enquanto unidades de registro fundamentais para melhor compreendermos a dinâmica destes profissionais na produção social destas notícias, o papel de mediação que estes exercem bem como a percepção e as representações sociais destes sobre o fenômeno da violência. Optamos também por manter em sigilo os nomes dos depoentes, utilizando uma numeração a fim de identificá-los, bem como sua vinculação à instituição de imprensa que fazem parte, como forma de resguardá-los.

Esse processo investigativo nos permitiu observar em algumas situações como se manifesta na rotina jornalística a influência dos papéis ou estereótipos de gênero na percepção que os profissionais da imprensa têm sobre a violência contra mulheres e de que maneira constroem seus enquadramentos. Porque esses papéis e estereótipos perpassam, a nosso ver, de diferentes maneiras o cotidiano e a rotina dos profissionais de imprensa, bem como a narrativa jornalística.

Dá a considerar o campo midiático um espaço estratégico para a visibilidade pública e significação social de um problema complexo como a violência contra mulheres na sociedade brasileira, tendo em vista o fato de que o jornalismo também representa uma realidade compartilhada a todo um conjunto social. É discutindo sobre esta centralidade que Thompson (1998, p.7) irá afirmar que a “informação cria um certo tipo de situação social através da qual os indivíduos estão conectados por meio de comunicação e de troca simbólica”.

O campo jornalístico é um sistema próprio de representação social no qual os significados da vida social assumem sua dimensão pública e onde acontecem diferentes mediações, destacando inclusive a mediação do gênero no conteúdo das notícias. Na tentativa de caracterizar o campo jornalístico Traquina irá afirmar a existência de:

Um conjunto de normas, rituais e valores (a objetividade, a independência, o imediatismo) que formam uma ideologia profissional, cimento essencial na definição do ser jornalista. E existe



também toda uma cultura profissional, com uma linguagem própria, uma maneira própria de sentir o tempo, uma panóplia de cultos, símbolos e mitologia repletos de um conjunto de imagens estereotipadas do herói, do colega, dos vilões. Um aspecto fundamental dessa cultura profissional é a partilha de valores quanto à importância ou interesse que uma ocorrência ou questão poderá ter; são os critérios de noticiabilidade, construídos por um conjunto de valores-notícia. (TRAQUINA, 2001, p.28)

No processo de construção social das notícias diferentes atores tentam mobilizar suas estratégias comunicacionais, temas, idéias, a fim de dar forma e sentido às circunstâncias nas quais se encontram participando da construção da realidade. A comunicação, em sua vinculação com o Outro, cria a realidade social, é um processo básico para “a concretização das trocas simbólicas” (GUARESCHI, 2000, p.37).

Neste sentido, os agentes do campo jornalístico, os profissionais de imprensa, assumem um papel preponderante na atribuição de sentido e percepção pública do fenômeno da violência, uma vez que não são apenas responsáveis por dar visibilidade a este tema, mas, sobretudo são responsáveis por um processo de produção simbólica em que as notícias são um recurso social importante e a construção dos modos de representação está no centro das ações de diferentes atores sociais.

Podemos tomar como exemplo, o *Caso Aryane*, em que a imprensa adquire um papel central para os principais atores sociais envolvidos: a instituição policial, acusado do crime e sua defesa e para a família da vítima. Em diferentes momentos do *Caso Aryane* estes atores centram-se no campo jornalístico e nos jornalistas para atribuir ao seu discurso maior legitimidade social.

Por isto, ao refletimos sobre o campo jornalístico, levamos em consideração suas características como espaço estruturado por oposições ao mesmo tempo objetivas e subjetivas, como sua relação com os demais espaços sociais e a maneira que o mesmo compartilha características com os campos de produção cultural.

Ressaltamos também que a rotina jornalística para a ser incorporada, especificamente no *Caso Aryane*, pelos atores sociais envolvidos no acontecimento, no intuito de buscar interlocução com a opinião pública, fazendo com que a organização de entrevista coletiva por parte dos atores sociais seja um recurso utilizado em várias ocasiões para falar sobre o crime da jovem Aryane Thaís Carneiro e seus desdobramentos.

O que representa, sob ponto de vista desta pesquisa, um deslocamento significativo na medida em que os sujeitos sociais se articulam na construção de pautas



que são efetivadas na elaboração dos noticiários. Esta dinâmica demonstra inclusive os diferentes conflitos entre os atores na tentativa de influir na imprensa e na definição de seu conteúdo.

O *habitus* como uma instância capaz de realizar a mediação entre o agente e a estrutura social é um conceito relevante quando vamos analisar as práticas de representação construídas com e a partir do campo jornalístico em sua capacidade construir sentidos para as práticas sociais. Na prática social dos jornalistas, as notícias são construções sociais nas quais os sentidos são atribuídos como resultante de inúmeras interações entre agentes sociais.

Entretanto sua produção reflete a adoção de um procedimento padrão vindo dos profissionais do campo jornalístico, acontecendo em espaços e momentos específicos, e dotados “não apenas de uma técnica particular, mas também de noções, referências e significados particulares”(BARROS FILHO e MARTINO, 2003, p.119). Reflete enfim, a incorporação de valores (valores-notícias), normas e princípios sociais que os profissionais deste campo reivindicam como saber, particularmente a definição do que seja notícia e sua representação.

Os jornalistas são participantes ativos na definição e na construção das notícias, e, por conseqüência, na construção da realidade em que está em jogo a produção de sentidos compartilháveis na sociedade contemporânea. O discurso que estrutura o campo jornalístico pode ser compreendido como uma prática social que busca legitimar pelo seu *habitus* os processos de significação por ele protagonizados.

Desse modo, o olhar sobre a definição dos conteúdos das mídias, especialmente ao analisarmos as representações sociais de dois crimes contra mulheres, nos possibilita problematizar práticas jornalísticas em termos de uma análise na qual os *mass media* configuram-se como uma nova forma de consciência coletiva e produção de efeitos.

As mídias enquanto fenômeno das sociedades contemporâneas altera assim fundamentalmente as nossas percepções, e de modo particular, nosso entendimento sobre o espaço público que, construído cada vez mais através da mediatização das experiências, entre elas o fenômeno social da violência contra mulheres e suas representações na imprensa.

O que dizem os(as) jornalistas quando a pauta é violência contra mulheres

Ao realizarmos esta investigação sobre as representações sociais da violência contra mulheres a partir das práticas de produção de notícias (*newsmaking*), nos *Casos*



Aryane e Caso Íris (Crime da Mala), observando particularmente a percepção dos jornalistas sobre seu trabalho de cobertura destes homicídios femininos, nos deparamos em primeiro lugar com os dilemas e ambigüidades que representa para os jornalistas o paradigma da neutralidade e imparcialidade como valores-notícias que estruturam o processo de produção das notícias como parte da rotina de trabalho destes profissionais.

Todos os profissionais entrevistados se referiram a esse aspecto como essencial na atribuição da legitimidade de seu trabalho e na representação de um acontecimento, como também revelaram dificuldades na busca por estabelecer outras formas de narrar fatos desta natureza, como podemos observar nos depoimentos que seguem:

Tentar ser equilibrado na construção da narrativa para não condenar o que até então é suspeito ou acusado, pois isso cabe tão somente a justiça. E não tomar as dores da família (da vítima) e escrever só o que elas querem. Tenho que ter contato com as diferentes versões para consolidar minha narrativa sobre o fato, para que não haja benefício de um, em detrimento do outro. (Entrevistado 2. Repórter do Diário da Borborema da Borborema).

As matérias são muito resumidas em contar o caso e dar números, o fato é tratado de forma superficial. Na construção da narrativa não há aprofundamento, fala-se muito na Lei Maria da Penha, mas não se conhece, na prática, sua aplicação. Não se tem uma dedicação, instrução do próprio redator. Não se procura o histórico da vítima, se ela já teria sido agredida. (Entrevistada 1. Repórter do Diário da Borborema)

Eu abro o espaço para os dois lados, daí fica a critério deles em suas próprias falas, se defender ou acusar. Eu por mais que tenha um “envolvimento” não beneficio nenhum dos lados, faço meu papel que é informar a sociedade e convicção que a minha opinião é minha. E cada um tem a sua, não posso simplesmente impor para as outras pessoas, e para isto o jornalista tem técnicas para utilizá-las. (Entrevistada 3. Repórter do Jornal da Paraíba)

Em caso tão polêmico como o assassinato de Aryane o dever com a imparcialidade se torna um compromisso ainda maior e mais delicado. As pessoas ligadas à vítima querem um culpado o mais rápido possível e é preciso ter muita cautela com as declarações de familiares e amigos quando apontam para uma pessoa. A cada informação que comprometa o acusado tínhamos que ouvi-lo, no caso, seu advogado. Essa busca pela resposta do outro lado da história era praticamente uma atividade diária (...). Além disso, lembro que tinha o cuidado de não deixar que o drama do Caso (Aryane Thaís) influenciasse a forma como ia tratar da suposta autoria do crime, lembrando que estava falando de um suspeito e não de um assassinado já condenado. (Entrevistada 4 – Repórter do Jornal Correio da Paraíba)

Um dos pontos difíceis no acompanhamento desses casos é não deixar que a aproximação com um lado das fontes comprometa a



imparcialidade da reportagem. É uma dificuldade, por exemplo, identificar se o crime foi cometido por ser a vítima uma mulher. Quais as implicações de gênero no desenrolar dos fatos? (Entrevistado 5 – Repórter do Correio da Paraíba)

O medo da parcialidade e de demonstrar uma opinião frente aos homicídios femininos acaba muitas vezes, conforme observamos, por restringir as pautas referentes a este tema à mera divulgação do acontecimento a partir da publicação de estatísticas sobre o crescimento da violência contra mulheres, e/ou na tragédia dos homicídios em si. Dificultando a cobertura sobre esta temática e restringindo muitas vezes a prática da reportagem em profundidade, o que traria possibilidade de ampliação desta pauta, bem como inclusão de novos ângulos de abordagem, apontando para um conteúdo mais interpretativo dos dados, os serviços existentes na área de combate e prevenção à violência contra mulheres, as ações do Estado e da sociedade civil organizada no enfrentamento a esta questão, etc.

Outro aspecto levantado pelos jornalistas ao discutir seu trabalho de produção de notícias diz respeito à maior noticiabilidade dos crimes femininos. Embora haja maior incidência de assassinatos masculinos nas páginas dos jornais, os crimes contra mulheres envolvem maior apelo emocional e por sua vez tem um destaque maior na pauta jornalística:

Os crimes masculinos são geralmente pelo fato da vítima estar envolvida com drogas, vingança ou algo do tipo e geralmente os crimes masculinos são corriqueiros. Acontecem todos os dias, não é algo assim tão impactante e que chame atenção como os crimes cometidos contra mulheres, pois estes não acontecem com grande frequência em relação aos homens. (...) Elas são assassinadas pelos seus próprios companheiros, que não aceitam que elas querem se separar. (Entrevistada 1. Repórter do Diário da Borborema)

Ficou evidente ainda a dificuldade de alguns jornalistas entrevistados em perceber e caracterizar a violência contra mulheres enquanto fenômeno social abrangente circunscrito no âmbito da cultura, dos valores, do campo simbólico. E que envolve além dos homicídios, a violência doméstica e sexual, assédio moral, violência psicológica e patrimonial, entre outras. Essa dificuldade é atribuída muitas vezes à rotina intensa do trabalho jornalístico:

A imprensa não está preparada, pois trata muito superficialmente ainda e até mesmo porque nós jornalistas não temos tempo de nos aprofundarmos mais nas matérias, e muitas vezes acabamos cedendo



aos vícios jornalísticos para não perder tanto tempo, seguimos uma estrutura já pronta e produzimos diante dela. É como se fosse um modelo de notícia, o que torna mais prático o nosso trabalho. Mas daí também a sociedade perde com isso porque nós que produzimos notícias não somos exclusivos para cobrir um só caso em um dia, não temos essa disponibilidade. E até por exigência dos veículos ficamos limitados a cobrir só o superficial e pronto. (Entrevistada 1. Repórter do Jornal Diário da Borborema)

Acho que às vezes falta mais ousadia na imprensa, para fazer reflexões mais aprofundadas sobre os grandes temas. Mas isto esbarra no fato de que muitos jornalistas não têm compromisso, mas os que têm nem sempre têm oportunidade em suas redações. Seja por falta de estímulo dos editores, seja pela quantidade de matérias que precisam ser feitas. Falta aquele repórter que só escreve sobre grandes casos. Que tenha dois ou três meses para terminar uma reportagem. (...) Com quatro matérias para fazer por dia, e uma especial para fazer ao longo de uma semana fica difícil um trato mais aprofundado sobre certo tema. (Entrevistado 7. Repórter do Jornal da Paraíba)

Esse aspecto relevante das práticas de produção de notícias muitas vezes contribui para um enquadramento recorrente, que é a percepção dos crimes contra mulheres situados na esfera da intimidade (da esfera privada) não trazendo à tona a sua dimensão pública e cuja visibilidade e sentidos atribuídos ainda estão ancorados na percepção destes homicídios como crimes passionais (motivados por ciúmes), derivando muitas vezes uma narrativa jornalística que traz um tratamento sensacionalista, contribuindo para uma naturalização e banalização dos homicídios femininos.

Ao analisar os *Casos Aryane e Íris* na imprensa observamos ainda a ausência de comentários, editoriais e artigos no espaço de Opinião dos jornais discutindo esses acontecimentos midiáticos. Apesar de tratarem da temática da violência contra mulher, às vezes o tema apresenta-se como “tabu” para uma discussão na imprensa. Muitos dos jornalistas entrevistados pontuaram a questão de imparcialidade como um elemento chave na construção de sua narrativa para não influir na opinião do leitor sobre os respectivos homicídios e seus desdobramentos, no intuito de não prejudicar uma das partes envolvidas, seja vítima ou acusado.

Pautar os homicídios femininos é também tornar público as desigualdades de gênero nas quais os dois crimes estão envoltos. As duas vítimas Aryane Thais Carneiro e Íris Bezerra foram assassinadas de forma em que seus algozes reafirmaram no crime o “poder” sobre o corpo das vítimas.

Todavia a mediação do gênero no conteúdo das notícias também envolve as identidades de gênero dos produtores de informação, cujos depoimentos demonstram



uma visão estereotipada do gênero, reafirmando a dicotomia entre masculino e feminino. Sensibilidade na construção da narrativa jornalística é mais associada às mulheres jornalistas, enquanto que o tratamento de matérias mais duras, e secas diz respeito na visão de grande parte dos (das) entrevistados(das) aos homens jornalistas. Mesmo sendo consensual o a afirmação de que resiste ainda um tratamento superficial nas matérias jornalísticas sobre violência contra mulheres.

As entrevistas com os (as) jornalistas contribuíram, entre outras coisas, para melhor elucidar algumas diferenças na construção das narrativas em se tratando de uma mesma temática, os homicídios femininos. Questões essas que dizem respeito, com falamos anteriormente, a marcadores de diferença, como a identidade de gênero dos jornalistas, mas também a estruturação dos veículos de comunicação e a rotina dos profissionais da imprensa na produção social das notícias. Deparamo-nos com um “desabafo” dos(das) jornalistas ao falarem de sua percepção sobre os homicídios analisados, e sua prática de cobertura sobre estes acontecimentos nos jornais impressos locais, revelando uma crítica às condições de trabalho dos mesmos, que muitas vezes não têm o tempo suficiente para aprofundar-se sobre fatos que são responsáveis por narrar.

As condições de produção do trabalho jornalístico ainda são uma questão que precisa ser melhor discutida e revisitada, tendo em vista o papel e centralidade das mídias na sociedade contemporânea e diante da responsabilidade pública destes profissionais enquanto não só produtores de informação, mas formadores de opinião.

Foi-nos possível constatar nos *Casos Aryane Thaís e Íris Bezerra*, que embora os valores-notícia (TRAQUINA, 299, p.239) coloquem a temática da violência no topo da atenção noticiosa, em termos de hierarquização dos acontecimentos nas páginas dos jornais, mesmo assim esses casos de violência contra mulheres analisados não ganharam um tratamento ampliado, para serem melhor refletidos socialmente através de produção de matérias jornalísticas (notícias, reportagens, artigos, enquetes,etc) com elaboração mais aprofundada pelos profissionais da imprensa, mostrando esse tipo de acontecimento sob diferentes ângulos, enquadramentos.

Essas dificuldades demonstram o despreparo, na maioria das vezes, dos jornais e jornalistas para discutir temáticas de maior complexidade social a exemplo da violência contra mulheres, desigualdades de gênero, drogas, entre outras temáticas de grande importância enquanto representações sociais, em função muitas vezes das exigências dos veículos de comunicação para com o jornalista em sua produção, e a determinação



de uma estrutura narrativa padronizada(rígida) imposta pelo redator/editor, no trabalho de seleção e orientação das pautas.

Por fim percebemos quão indispensável é refletir sobre violência contra mulheres, levando em consideração todo um processo de produção social das notícias pelos jornalistas. Especialmente porque os *media* tendem a reproduzir simbolicamente a estrutura de poder existente na ordem social, em algumas situações reafirmando as assimetrias de gênero, noutras construindo espaços de transformação cultural no âmbito das relações de gênero, tornando assim possível novos mapas culturais do mundo social.

Referências

- AZEVEDO, Sandra Raquew dos Santos. *Mulheres em Pauta: gênero e violência na Agenda midiática*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011.
- AZEVEDO, Sandra Raquew dos Santos. *Eloá: o que os especialistas e as mídias não discutem*. Site do Observatório da Imprensa. São Paulo, 2008.
- BARROS FILHO, Clóvis e MARTINO, Luís Mauro Sá. *O habitus na comunicação*. São Paulo: Paulus, 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- BLAY, Eva Alterman. *Assassinato de Mulheres e Direitos Humanos*. São Paulo: Editora 34, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. “Una suave violencia”. IN: *La Piragua*. Revista Latinoamericana de Educación y Política.n.10. Santiago de Chile: Consejo de Educación de Adultos de América Latina, 1995. p.79-81.
- GUARESCHI, Pedrinho (Org.). *Os construtores da informação*. Meios de comunicação, ideologia e ética. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- GUARESCHI, Pedrinho e JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). *Textos em Representações sociais*. 5ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- HALL, Stuart et all. “A produção social das notícias: o *mugging* nos média”. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. 2ªed. Lisboa: Vega, 1999.
- HERSCOVITZ, Heloisa Golbspan. “Análise de Conteúdo em Jornalismo” In. LAGO, Cláudia & BENETTI, Márcia. *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- LIPPMANN, Walter. *Opinião Pública*. Tradução Jaques A. Wainberg. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- MANHÃES, Eduardo. “Análise de Conteúdo”. In: DUARTE, Jorge & BARROS, Antonio (Orgs.). *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*. 2ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2006.
- MACHADO, Lia Zanota. *Masculinidades e Violências*. Gênero e mal estar na sociedade contemporânea. Série Antropologia. N. 290. Brasília: UNB, 2001.
- SAFFIOTI, I.B.Heleieth. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Brasil Urgente, 2004.
- SAFFIOTI, I.B.Heleieth. “Contribuições feministas para os estudos da violência de gênero.” IN: *Cadernos Pagú*. v.16. Publicação do Pagú Núcleo de Estudo de Gênero da UNICAMP, Campinas, 2001. p.115-136.
- SODRÉ, Muniz. *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- TRAQUINA, Nelson. *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2001.



TRAQUINA, Nelson (Org). *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. 2ª edição. Editora Veja, 1999, p.238-239.

THOMPSON, John B. *A Mídia e a Modernidade*. Uma teoria social da mídia. 8ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. 6ª edição. Lisboa: Presença, 2001.